

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.746 - MG (2019/0302795-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CARATINGA - MG**  
**SUSCITADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INTERES.** : **MUNICIPIO DE CARATINGA**  
**PROCURADOR** : **ANA MARIA DA SILVEIRA CAMPOS FONTOURA -**  
**MG028985**  
**INTERES.** : **FEDERACAO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES**  
**PUBLICOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DOS ESTADOS DO**  
**AC, AL, AP, AM, BA, MA, MG, PR, PI, RR, SE, E TO -**  
**FESEMPRE**  
**ADVOGADOS** : **MARCOS ANTÔNIO ALVES PENIDO - MG060034**  
**DÓRIS SOARES OLIVEIRA - MG119213**  
**REGINA CASTRO DE FARIA - MG145477**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Juízo da Vara do Trabalho de Caratinga/MG, nos autos da Ação de Cobrança de Contribuição Sindical.

O Juízo Comum declarou sua incompetência sob o seguinte fundamento (fl. 57, e-STJ):

Por isso, entendendo-se autorizada a aplicação do art. 114, III, CR/88 também a casos relacionados a contribuição previdenciária de servidor público estatutário, tem-se que a competência para julgamento do feito é da Justiça do Trabalho - o que torna superado, sem exceções, o Enunciado 222 da Súmula do STJ, *in verbis*:

Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT.

Por sua vez, a Justiça laboral suscitou o presente Conflito de Competência lançando as seguintes afirmações (fls. 520-521, e-STJ):

E, de fato, é exatamente esta a questão que merece ser analisada com detida atenção. Ora, a linha de raciocínio desenvolvida no voto vencedor na ADI 3395 e que excluiu da Justiça do Trabalho a competência para analisar os casos envolvendo os servidores públicos estatutários (ou com regimes jurídico-administrativos estabelecidos) não pode ser desprezada. Para simplificar, na situação posta em debate nestes autos, pela decisão em vigor na ADI 3395 é inquestionável que este juiz suscitante não teria competência para analisar eventuais insurgências dos servidores públicos municipais contra o Município réu. Acontece que, caso cumpra o que

pretende a parte autora ou venha a ser condenada a tal e efetive nova dedução dos créditos dos servidores, isto geraria questionamentos pelos atingidos, o que não poderia se dar na Justiça do Trabalho. Haveria potencial risco, inclusive, de decisões conflitantes, uma da Justiça do Trabalho determinando o desconto sem poder tratar de eventuais questionamentos dos interessados, servidores públicos (a não ser em caráter meramente incidental), outra da Justiça Estadual ao analisar as insurgências correspondentes contra o ato do município réu. Assim, até para preservação desta unidade lógica não faria sentido a atribuição de competência apenas para cobrança da contribuição sindical.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do presente conflito declarando a competência do Juízo da Vara do Trabalho de Caratinga - MG.

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.11.2019.

O cerne da questão em exame é saber qual ramo do Poder Judiciário detém competência para dirimir causas envolvendo a cobrança de contribuição sindical por sindicato representante de servidores públicos sujeitos ao regime estatutário ou regime jurídico-administrativo.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte definiu que nos termos do art. 114, III, da Constituição da República compete à justiça do Trabalho o julgamento de ações relativas à contribuição sindical, e que, para determinação da competência nas ações movidas contra o Poder Público, não teria influência a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e seus servidores.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO LABORAL E JUÍZO DE DIREITO. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. DEMANDA PROPOSTA PELA FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS - FESSPUMG - EM FACE DO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EC 45/04. ART. 114, III, DA CF/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 222/STJ.

1. Nos termos do art. 114, III, da CF/88, com a redação dada pela EC 45/04, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT.

Precedentes: CC 130.762/RO, de minha Relatoria, Primeira Seção, DJe 30/04/2014 e CC 63.459/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJ 13/11/2006, p. 207.

2. Após a Emenda Constitucional 45/04, que alterou o art.

114, III, da CF, restou superada a diretriz contida na Súmula 222/STJ ("Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT").

3. Nas ações de cobrança de contribuição sindical movidas contra o poder público, revela-se desinfluyente, para fins de definição do juízo competente, aferir a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e os seus servidores.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 135.694/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 17/11/2014).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. MANDADO DE SEGURANÇA, IMPETRADO POR ENTIDADE SINDICAL, CONTRA DETERMINADO MUNICÍPIO, PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVAMENTE A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. AÇÃO MANDAMENTAL PROPOSTA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. APLICABILIDADE DO ART. 114, III E IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 222/STJ. CONHECIMENTO DO CONFLITO, PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

I. A Primeira Seção do STJ, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), firmou o entendimento de que, nos termos do art. 114, III, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT. No aludido julgamento, ficou consignado que, após a Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o art. 114, III, da Constituição de 1988, restou superada a Súmula 222/STJ ("Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT"). Também ficou assentado que, nas ações de cobrança de contribuição sindical movidas contra o Poder Público, revela-se desinfluyente, para fins de definição do juízo competente, aferir a natureza do vínculo jurídico existente entre a entidade pública e os seus servidores.

II. Assim como a Súmula 222/STJ ficou superada, após a promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, restaram igualmente superados, a partir do julgamento do AgRg no CC 135.694/GO (Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe de 17/11/2014), os precedentes invocados pelo Juízo suscitante.

III. Os seguintes precedentes do STF, que guardam similitude fática com o presente caso, corroboram a orientação jurisprudencial predominante no STJ, a partir do julgamento do supracitado AgRg no CC 135.694/GO: AgRg na Rcl 17.815/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX,

PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/08/2014; AgRg na Rcl 9.758/RJ, Rel.

Ministro TEORI ZAVASCKI, PLENÁRIO, DJe de 07/11/2013; AgRg na Rcl 9.836/RJ, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, PLENÁRIO, DJe de 28/11/2011.

Ainda no STF, confirmam-se, no mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: RE 887.194/MG, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, DJe de 02/06/2015; ARE 721.446/DF, Rel. Ministro GILMAR MENDES, DJe de 05/06/2014; AI 763.748/MG, Rel. Ministro JOAQUIM BARBOSA, DJe de 14/02/2012.

IV. No âmbito do TST, os seguintes precedentes corroboram a orientação jurisprudencial predominante no STJ, a partir do julgamento do supracitado AgRg no CC 135.694/GO: AIRR 96040-08.2008.5.10.0019, Rel. Ministro MAURICIO GODINHO DELGADO, SEXTA TURMA, DEJT de 10/06/2011; RR 1309-35.2010.5.18.0081, Rel. Ministro ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE, TERCEIRA TURMA, DEJT de 01/03/2013; RR 4300-84.2011.5.17.0013, Rel. Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, SÉTIMA TURMA, DEJT de 19/06/2015.

V. Sobre a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar mandado de segurança, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição daquela Justiça Especializada, a Terceira Seção do STJ, ao julgar a AR 1.434/RS (Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe de 01/02/2010), assentou o entendimento de que, "até a edição da Emenda Constitucional n.º 45/2004, a competência, em sede de mandado de segurança, era definida exclusivamente *ratione personae*, ou seja, em razão da função ou do cargo da autoridade apontada como coatora, sendo irrelevante a natureza jurídica da questão a ser apreciada no mandamus. Após sua edição, a Justiça do Trabalho passou a ser competente para apreciar mandado de segurança quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição, ou seja, introduziu o critério *ratione materiae* para definição da competência". No mesmo sentido: STJ, Rcl 5.018/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/04/2011; STJ, CC 129.193/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 27/11/2015.

VI. No caso, trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado, sob a égide da Emenda Constitucional 45/2014, pelo Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Norte - SINFARN, contra o Prefeito do Município de Natal/RN e a Secretária de Administração Municipal, visando assegurar o desconto e o repasse da contribuição sindical, prevista no art. 578 da CLT, em relação aos farmacêuticos que integrem os quadros de servidores públicos daquele Município, de modo que compete à Justiça do Trabalho, e não à Justiça Comum Estadual, processar e julgar a causa, nos termos do art. 114, III e IV, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

VII. Conflito conhecido, para declarar a competência do

# *Superior Tribunal de Justiça*

Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Natal/RN, ora suscitante.

(CC 147.099/RN, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 22/08/2016).

Isto posto, **conheço do Conflito para declarar competente o Juízo suscitante, Juízo da Vara do Trabalho de Caratinga/MG, ora suscitante.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator